



## Entre grades e reformas: o contexto prisional na Bahia do século XIX

Gisele Souza Silva Miranda\*

MIRANDA, G. S. S. **Entre grades e reformas:** o contexto prisional na Bahia do século XIX. *História Social*, n. 26, 2023, pp. 365-371.

Resenha de: TRINDADE, Cláudia Moraes. **Ser preso na Bahia no século XIX.** Belo Horizonte: UFMG, 2018. 367 p.

<https://doi.org/10.53000/hs.n26.5182>

---

O livro *Ser Preso na Bahia no Século XIX*, publicado em 2018 pela editora UFMG, teve como sua origem a tese de doutorado de mesmo título apresentada na Universidade Federal da Bahia em 2012. A autora Cláudia Moraes Trindade, doutora e mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é graduada em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e realizou seu pós-doutorado em História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Cláudia Trindade possui experiência na História Social da Prisão, com ênfase em temas como Segurança Pública, História das Prisões, Estudos Prisionais, Bahia no século XIX e Escravidão.

---

\* Mestranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

*Ser Preso na Bahia no Século XIX* é uma obra profunda e envolvente que nos leva a uma jornada sobre o cotidiano prisional da Bahia durante o século XIX. A autora habilmente mergulha nas complexidades da sociedade da época, buscando “evidenciar a perspectiva dos presos da Casa de Prisão com Trabalho (CPCT)”,<sup>2</sup> proporcionando aos leitores uma visão única das condições de vida, das lutas e das injustiças que caracterizavam a experiência dos prisioneiros. As fontes utilizadas para a pesquisa incluem correspondências diárias da prisão dirigidas às autoridades, cartas escritas pelos detentos e enviadas aos responsáveis, bem como ofícios trocados entre o Chefe de Polícia e o administrador.

A análise desses registros oferece informações sobre a dinâmica interna da prisão, incluindo aspectos como hierarquias, interações comerciais entre os detentos, entre estes e os guardas, episódios de violência e visitas familiares, proporcionando um quadro abrangente do funcionamento dos costumes carcerários da época. O trabalho de Cláudia Trindade apresenta uma narrativa histórica entrelaçada com as histórias pessoais dos detentos, transcendendo a visão convencional que os enxerga meramente como detentos. Ao reconhecer a humanidade destes, Trindade contribui para um entendimento mais holístico e sensível das questões relacionadas à justiça penal.

Utilizando uma abordagem teórica que se baseia em Michel Foucault, Cláudia Trindade destaca a prisão como um símbolo da modernidade, onde as dinâmicas de poder e controle social se manifestam de maneiras complexas. Naquele momento, o Brasil acompanhava uma tendência de modernização segundo os modelos da Europa e dos Estados Unidos, e com as táticas de aprisionamento não foi diferente. A autora, porém, ressalta que as adaptações feitas ao implementar modelos penitenciários estrangeiros não devem ser interpretadas como falta de experiência, de recursos ou fracasso. Em vez disso, essas mudanças refletem ajustes necessários às condições locais, como por exemplo, a fatores como a

---

<sup>2</sup> TRINDADE, Cláudia Moraes. **Ser preso na Bahia no século XIX**. Belo Horizonte: UFMG, 2018. p. 21.

presença da escravidão, os costumes das antigas prisões coloniais, e as particularidades sociais e econômicas da Bahia no contexto pré-industrial; o que era considerado prioritário na Europa e América do Norte nem sempre se aplicava à sociedade baiana.

Dividido em quatro capítulos, *Ser preso na Bahia no século XIX* é uma obra que apresenta o contexto prisional da Bahia tendo como foco principal a CPCT. No primeiro capítulo, a obra de Trindade oferece uma perspectiva abrangente sobre a evolução do ambiente prisional em Salvador ao longo do século XIX, desde as antigas cadeias urbanas até a inauguração da penitenciária CPCT. O foco da autora não se limita apenas ao funcionamento interno das prisões, mas se estende para além, explorando os movimentos sociais e demográficos que desenharam o cenário urbano da cidade durante esse período.

A autora apresenta a transição das tradicionais cadeias urbanas, como a Cadeia da Relação (1640-1845), a Cadeia do Aljube (1833-1861), a Cadeia da Correção (1833-1930, aproximadamente) e a Cadeia do Barbalho (1845-1865), para a inauguração da Casa de Prisão com Trabalho (1861-1902). Trindade destaca essa mudança como parte das medidas modernizadoras adotadas na época. A partir de 1865, diversos estabelecimentos prisionais foram fechados, consolidando o cenário prisional de Salvador em duas principais instituições: a CPCT e a Casa de Correção.

As diretrizes da Casa de Prisão com Trabalho eram estabelecidas com base em normas adotadas pelas autoridades penitenciárias. Entre os elementos comuns estavam o trabalho, a religião, a disciplina, a adoção de uniformes e, especialmente, o isolamento como forma de punição e reabilitação. No entanto, esse modelo era reservado apenas para homens livres, excluindo libertos, escravizados e mulheres do seu projeto, uma vez que a proibição de penas corporais e açoites para escravizados perturbava os interesses dos proprietários de cativos, invadindo o espaço privado do domínio senhorial. Cláudia Trindade chama atenção para a exclusão dos libertos na CPCT, que pode sugerir preconceito, tanto em relação à cor - já que os sentenciados na penitenciária eram majoritariamente pardos

ou crioulos - quanto possivelmente a um sentimento antiafricano, já que muitos libertos eram originários da África. Esse viés discriminatório não era apenas observado entre as autoridades, mas também entre os próprios detentos.

Trindade oferece detalhes sobre o regulamento da penitenciária, as diretrizes para visitas, a estrutura administrativa, as condições precárias da enfermaria, o sistema educacional que também foi parte do projeto de reforma prisional, com uma escola de primeiras letras. Além disso, o funcionamento das oficinas de trabalho era uma característica de destaque, visto que embora o trabalho nessas oficinas não fosse obrigatório conforme as regras, os presos o viam como uma oportunidade para lucrar com “negócios”, além da remuneração dada aos pelo trabalho.

Já a Cadeia da Correção, também conhecida como Correção, funcionava como uma prisão comum com um perfil de detentos bastante diversificado, e era desprovida de iniciativas de reabilitação, escolas, enfermarias, oratórios ou celas individuais. Originalmente planejada como local de detenção provisória, essa prisão acabou abrigando também condenados que não foram encaminhados para a penitenciária devido à falta de vagas ou por não terem sido selecionados pelas autoridades. Além dos sentenciados que cumpriam pena por falta de vagas na penitenciária, esta instituição abrigava uma população carcerária variada, incluindo homens e mulheres, escravos, libertos e livres, originários de diferentes partes do mundo, como crioulos, africanos, europeus - portugueses e ingleses.

As infrações que levavam à prisão eram diversas, desde brigas, pequenos furtos, embriaguez, até questões relacionadas a práticas culturais como o batuque ou o candomblé, desordens públicas e violações das leis municipais. Além disso, a Casa de Correção era frequentemente utilizada pelos senhores para castigar escravos, que, após o castigo, eram devolvidos mediante o pagamento de uma taxa. Cláudia Trindade afirma que a Casa de Prisão com Trabalho e a Correção, embora diferentes em natureza, se complementavam na tentativa de responder às necessidades

de uma sociedade em transição do sistema escravista para o trabalho livre. Enquanto a CPCT buscava impulsionar o avanço civilizatório da província através da reabilitação dos infratores, em linha com os padrões penitenciários, a Casa de Correção persistia em aplicar métodos punitivos e de encarceramento não alinhados com as metas reformistas.

No segundo capítulo, o cotidiano da CPCT é explorado através das correspondências dos detentos, destacando que a escrita era uma forma comum de protesto. Os presos, independentemente de sua condição jurídica, usavam estratégias nas cartas para reivindicar direitos sem desafiar a ordem prisional. Tanto os letrados quanto os não letrados, incluindo escravos, libertos e homens livres, independentemente do tipo de pena que estavam cumprindo, empregavam esse recurso. Os escritos dos presos, como cartas e petições individuais e coletivas, proporcionam uma visão íntima das condições de detenção. Estes documentos revelam não apenas as injustiças e abusos sofridos pelos presos, mas também as estratégias que empregaram para buscar justiça e tornar públicas as condições desumanas em que viviam.

Por meio das contribuições de Michelle Perrot, a autora enfatiza que o ambiente prisional não era apenas um espaço de dominação, mas também de negociação e resistência. Esse ponto é ilustrado de maneira vívida nas táticas adotadas pelos presos, como fingir doença para obter privilégios. As fontes primárias, incluindo correspondências dos presos, revelam não apenas as injustiças sofridas, mas também as estratégias inteligentes e criativas utilizadas pelos prisioneiros para enfrentar o sistema.

Ademais, Trindade ressalta a presença marcante da discriminação de gênero no sistema prisional do século XIX, sobretudo no que diz respeito às mulheres. Elas enfrentavam a negação de oportunidades de trabalho nas oficinas da penitenciária, além de serem submetidas às normas originalmente concebidas para os homens, que eram aplicadas de maneira indiscriminada às mulheres. Essa realidade evidencia a ausência de uma abordagem de reabilitação que considerasse e atendesse às necessidades específicas das mulheres no contexto prisional. Embora as mulheres não

sejam o ponto central da pesquisa da autora, incorporar suas experiências, mesmo que em uma escala menor, acrescentaria considerável riqueza à abordagem do livro. A inclusão dessas narrativas femininas na obra não apenas ampliaria a amplitude do estudo, mas também ofereceria uma compreensão mais completa e detalhada do cenário prisional na Bahia do século XIX.

Nos dois últimos capítulos, Trindade reconstrói a trajetória individual e coletiva de dois presos: Francisco Ribeiro de Seixas cumpriu 18 anos de prisão com trabalho, por ter matado sua irmã e sua esposa em 1862; e Júlio César do Alfa, condenado a galés perpétua, por matar um padre a golpes de facão, anteriormente preso por estelionato e rapto de menor. A autora destaca a crescente preocupação historiográfica com a história de vida de “pessoas comuns”; no entanto, é crucial observar que essas pessoas precisam ter se destacado de alguma forma, a ponto de gerar documentação suficiente que viabilize o estudo. Esse destaque pode ocorrer de diversas maneiras, seja por meio de eventos significativos em suas vidas, participação em movimentos sociais, ou, como no caso em questão, os registros do aprisionamento. A disponibilidade de documentação é fundamental para a reconstrução dessas histórias e para que as narrativas individuais contribuam efetivamente para a compreensão mais ampla da história.

*Ser Preso na Bahia no Século XIX* destaca a importância fundamental de compreender a experiência daqueles que estavam detidos na CPCT, proporcionando uma rica perspectiva de suas vivências. Este enfoque enriquece significativamente a compreensão do leitor sobre a realidade das prisões na Bahia do século XIX. É crucial ressaltar que alguns tópicos como a violência institucional são notavelmente silenciados nos documentos da época. De acordo com Trindade, é provável que a instituição tenha descartado documentos que abordassem esses temas sensíveis. Mesmo os registros sobre violência entre os próprios presos são escassos, destacando a complexidade e as lacunas na documentação histórica disponível.

A escrita de Cláudia Trindade é envolvente e acessível, tornando a leitura agradável para acadêmicos e leitores leigos interessados no tema. Sua pesquisa detalhada e sua narrativa compassiva fazem deste livro uma leitura obrigatória para qualquer pessoa interessada em história social das prisões. Em suma, *Ser Preso na Bahia no Século XIX* não apenas reconta a história dos presos da CPCT, mas também ressalta a importância de reconhecer as experiências negligenciadas do passado, que ressoa com questões de justiça social e direitos humanos ainda pertinentes nos dias de hoje. Cláudia Moraes Trindade proporciona uma contribuição valiosa para o campo da história social e deixa uma impressão duradoura no leitor, estimulando o pensamento crítico e a empatia.

Enviado em: 08/10/2023

Aceito em: 28/02/2024